

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA
Processo Administrativo n. 017/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de uma empresa para Execução de canteiro central e rotatórias urbanas no município de São João da Serra-PI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no projeto e neste instrumento.

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Quant.	Total	Peso (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1	3.502,86	0,57 %
2	CANTEIRO CENTRAL	1	290.557,35	47,60 %
3	PAVIMENTAÇÃO - ROTATÓRIAS	1	284.344,62	46,58 %
4	SERVIÇOS FINAIS	1	6.047,98	0,99 %
5	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1	25.987,50	4,26 %

Total sem BDI	488.327,01
Total do BDI	122.113,30
Total Geral	610.440,31

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			Serviços preliminares		1		3.502,86	3.502,86	0,57 %
1.1	103689	SINAPI	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa Galvanizada e estrutura de madeira. Af_03/2022_ps	m²	6	467,05	583,81	3.502,86	0,57 %
2			Canteiro central		1		290.557,35	290.557,35	47,60 %
2.1			Demolições e retiradas		1		37.897,20	37.897,20	6,21 %
2.1.1	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	965,78	10,46	13,08	12.632,40	2,07 %
2.1.2	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	965,78	10,46	13,08	12.632,40	2,07 %
2.1.3	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	965,78	10,46	13,08	12.632,40	2,07 %
2.2			PISOS		1		241.926,69	241.926,69	39,63 %
2.2.1	94277	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). Af_01/2024	M	965,78	36,30	45,38	43.827,10	7,18 %
2.2.2	94319	SINAPI	Aterro manual de valas com solo argilo-arenoso. Af_08/2023	m³	409,79	81,24	101,55	41.614,17	6,82 %
2.2.3	4803	ORSE	Assentamento de piso em pedra calcárea com argamassa de cimento	m²	2745,84	45,59	56,99	156.485,42	25,63 %

			e areia (1:3), esp=5cm, exclusive fornec. de pedra						
2.3			Pintura		1		2.124,72	2.124,72	0,35 %
2.3.1	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). Af_05/2021	M	965,78	1,76	2,20	2.124,72	0,35 %
2.4			Serviços complementares		1		8.608,74	8.608,74	1,41 %
2.4.1	9367	ORSE	Conjunto com 03 lixeiras em fibra de vidro, com capacidade 20l cada, com tampa vai e vem	un	6	399,86	499,83	2.998,98	0,49 %
2.4.2	12214	ORSE	Rampa padrão para acesso de deficientes a passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, despolada, com pintura indicativa em novacor, 02 demãos	un	12	373,98	467,48	5.609,76	0,92 %
3			Pavimentação - rotatórias		1		284.344,62	284.344,62	46,58 %
3.1			Demolições e retiradas		1		13.433,52	13.433,52	2,20 %
3.1.1	21	ORSE	Demolição de meio-fio granítico ou pre-moldado	m	276,02	10,46	13,08	3.610,34	0,59 %
3.1.2	24	ORSE	Demolição de cerca - estacas de madeira com até 20 fios de arame farpado	m	282,6	27,81	34,76	9.823,18	1,61 %
3.2			Terraplanagem		1		5.521,30	5.521,30	0,90 %
3.2.1	100576	SINAPI	Regularização e compactação de subleito de solo predominantemente argiloso, para obras de construção de pavimentos. Af_09/2024	m ²	1516,84	2,91	3,64	5.521,30	0,90 %
3.3			Pavimentação		1		264.749,31	264.749,31	43,37 %
3.3.1	101169	SINAPI	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com Argamassa traço 1:3 (cimento e areia). Af_05/2020	m ²	1516,84	132,55	165,69	251.325,22	41,17 %
3.3.2	94277	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). Af_01/2024	M	234,13	36,30	45,38	10.624,82	1,74 %
3.3.3	94278	SINAPI	Assentamento de guia (meio-fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 80x08x08x25 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). Af_01/2024	M	57	39,29	49,11	2.799,27	0,46 %
3.4			PINTURA		1		640,49	640,49	0,10 %
3.4.1	102498	SINAPI	Pintura de meio-fio com tinta branca a base de cal (caiação). Af_05/2021	M	291,13	1,76	2,20	640,49	0,10 %
4			Serviços finais		1		6.047,98	6.047,98	0,99 %
4.1	100982	SINAPI	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante	m ³	227,53	9,05	11,31	2.573,36	0,42 %

			10 m ³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m ³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m ³). Af_07/2020						
4.2	95875	SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ , em via urbana Pavimentada, dmt até 30 km (unidade: m ³ xkm). Af_07/2020	M3X KM	1117,24	2,49	3,11	3.474,62	0,57 %
5			Administração local		1		25.987,50	25.987,50	4,26 %
5.1	90777	SINAPI	Engenheiro civil de obra junior com encargos Complementares	H	70	141,05	176,31	12.341,70	2,02 %
5.2	90780	SINAPI	Mestre de obras com encargos complementares	H	180	60,65	75,81	13.645,80	2,24 %

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 610.440,31 (seiscentos e dez mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e e trinta e um centavos).

2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. 1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

3. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADO

3. 1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4. 1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

4. 2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

4. 3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

4.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à

execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

4.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

4.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º), no prazo indicado pelo fiscal.

4.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

4.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

4.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

4.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

4.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

4.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos



resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

4.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

4.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

5.1. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.1.1. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.1.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.1.3. não produziu os resultados acordados;

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento no Município de São João da serra, conforme classificação descrita na Parte Específica do Edital.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

6.4. Os serviços serão recebidos, mediante termo detalhado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.5. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa e após a apresentação da medição prévia pelo Contratado, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.7. Em caso de rejeição, o fiscal fixará prazo para que a irregularidade seja sanada, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

6.8. Nesse caso, cabe à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

6.8.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.8.2. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

6.8.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.8.5. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

6.8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa.) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.8.8.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.8.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.8.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

6.8.8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

São João da Serra (PI), 10 de junho de 2026

Manoel Genival Flor da Silva
Agente de Contratação -PMSJS

Aprovo

João Francisco Gome da Rocha
Prefeito - PMSJS